

RTN
2020

Novembro

Publicado em
29/12/2020

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo

Sumário Executivo

O Governo Central apresentou déficit primário de R\$ 18,2 bilhões em novembro de 2020, frente a um déficit primário de R\$ 16,6 bilhões observado no mesmo mês do ano anterior (em termos nominais). O resultado foi melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 55,1 bilhões. Assim como nos meses anteriores, o déficit observado em novembro é influenciado pelo aumento das despesas do Poder Executivo decorrentes de medidas de combate à crise da Covid-19. No entanto, o recolhimento em novembro de parte das receitas diferidas no início da pandemia resultou em impacto positivo no fluxo de arrecadação. A receita total de novembro de 2020 cresceu 5,4% em termos reais quando comparada ao mesmo mês de 2019, influenciada majoritariamente pelo crescimento das receitas administradas (+6,7%) e da arrecadação líquida para o RGPS (+17,1%), em termos reais.

Em novembro, o Tesouro Nacional e o Banco Central foram deficitários em R\$ 6,9 bilhões e a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 11,3 bilhões.

O aumento da receita líquida no mês pode ser decomposto entre o crescimento das receitas administradas (R\$ 5,5 bilhões) e da arrecadação líquida para o RGPS (R\$ 5,8 bilhões), parcialmente compensado pelo aumento nas transferências por repartição (R\$ 0,3 bilhão) e pela queda das receitas não administradas (R\$ 4,1 bilhões). O comportamento da despesa primária, por sua vez, foi determinado, principalmente, pela execução de medidas de combate à crise da Covid-19, que somou R\$ 18,5 bilhões em novembro, em termos líquidos. Destaque para o Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (R\$ 17,8 bilhões), o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 2,5 bilhões) e Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 1,7 bilhão). Houve ainda devolução à União de R\$ 4,1 bilhões que haviam sido destinados ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, instituído pela MP 944/2020, e que não foram utilizados.

Com o número de novembro, o resultado acumulado no ano totaliza um déficit primário de R\$ 699,1 bilhões, ante déficit de R\$ 80,4 bilhões no mesmo período de 2019 (em termos nominais). Esse resultado é composto por um déficit de R\$ 435,4 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 263,7 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até novembro, a receita líquida anotou redução de 10,0%, enquanto a despesa cresceu 39,3%. Quanto à receita, após a reversão dos diferimentos de tributos em aproximadamente R\$ 14,8 bilhões em novembro, o diferimento líquido¹ remanescente é estimado em R\$ 33,3 bilhões, enquanto a diminuição do IOF crédito totalizou R\$ 18,0 bilhões.

Do lado da despesa, até novembro de 2020, os gastos primários realizados das medidas de combate à crise Covid-19 totalizaram R\$ 487,4 bilhões, de um total de R\$ 569,9 bilhões aprovados até o final de novembro², como mostra o Painel de Monitoramento dos

¹ Diferimento de tributos menos recolhimento de parcelas diferidas.

² Até novembro, as despesas totais pagas relativas às medidas de combate à crise Covid-19, incluindo gastos financeiros, foram de R\$ 488,8 bilhões, de um total de R\$ 574,9 bilhões aprovados. Esse valor é calculado em termos líquidos, subtraindo-se os valores que foram devolvidos pela sua não utilização, como foi o caso do PESE.

Gastos da União com Combate à Covid-19, do Tesouro Nacional, o qual atualiza diariamente os créditos extraordinários e as despesas pagas das medidas relacionadas ao enfrentamento da pandemia. Em suma, os dados do resultado fiscal de novembro revelam a continuidade dos efeitos da crise da Covid-19 sobre as contas públicas.

No mês de dezembro, o IBGE revisou os dados do PIB dos exercícios de 2019 e 2020, o que levou à revisão para baixo das estimativas da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) para o final deste ano para 91% do PIB. Essa projeção é baseada na Grade de Parâmetros Macroeconômicos estimada pela Secretaria de Política Econômica e em um déficit primário para o Governo Central de R\$ 831,8 bilhões para o final do exercício. Ressalte-se que o déficit primário para o Governo Central em 2020 deve ficar inferior à estimativa indicada acima, em função do elevado volume observado de empoçamento de recursos (R\$ 34,8 bilhões ao final de novembro), bem como da menor execução de despesas obrigatórias em relação à sua previsão.

Apesar desse recuo das estimativas da dívida, o Brasil continua sendo um dos países emergentes mais endividados do mundo. Dada a elevada carga tributária brasileira, o desafio da agenda fiscal continua sendo o combate ao crescimento persistente das despesas obrigatórias – em sua maioria, despesas de previdência e de pessoal – e à rigidez orçamentária, que reduz de forma significativa o espaço para políticas públicas, como investimentos em infraestrutura e programas sociais. Um passo importante foi dado em 2019, com a Reforma da Previdência, mas é preciso continuar o avanço dessa agenda, principalmente pela não assunção de novas obrigações permanentes.

Para 2021, observa-se o aumento recente das incertezas em relação aos impactos da segunda onda da pandemia de Covid-19. O espaço fiscal que o país dispõe para a implementação de novas medidas de enfrentamento dos impactos econômicos e sociais da pandemia é limitado. Dessa forma, mantém-se a recomendação de que a necessária retomada do processo de consolidação fiscal passa pela garantia de que despesas temporárias não se tornem permanentes e pela discussão sobre o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias. É preciso garantir a redução das incertezas sobre a trajetória futura do gasto público e robustecer as regras fiscais, como o teto de gastos. A sustentabilidade fiscal é a base da ancoragem das expectativas, que permite a queda de juros no Brasil e a manutenção da confiança dos agentes econômicos, mesmo diante de uma das maiores crises pela qual o país já passou. E é por meio da responsabilidade fiscal que se possibilitará, de forma mais segura, a melhoria sustentável da vida dos brasileiros nos próximos anos.